



Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

ISSN: 1390-1079

ISSN: 1390-924X

chasqui@ciespal.org

Centro Internacional de Estudios Superiores de
Comunicación para América Latina

Ecuador

PESSOA DO AMARAL, Muriel Emídio; ARIAS NETO, José Miguel

Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, núm. 135, 2017, -Novembro, pp. 55-70

Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
Ecuador

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16057381005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Perversão e política no impeachment de Dilma Rousseff

Perversion and politics in the impeachment of Dilma Rousseff

Pervisión y política en el impeachment de Dilma Rousseff

Muriel Emídio PESSOA DO AMARAL

Universidade Estadual Paulista, Brasil / murielamaral@yahoo.com.br

José Miguel ARIAS NETO

Universidade Estadual de Londrina, Brasil / jneto@uel.br

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 135, agosto - noviembre 2017 (Sección Monográfico, pp. 55-70)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 18-05-2017 / Aprobado: 22-08-2017

Resumo

A proposta desse artigo é de reconhecer como os discursos midiáticos, enquanto dispositivos de poder, edificam mediações que prezam pela desconsideração da mulher no espaço político. Para isso, a pesquisa se apoia em matérias veiculadas na revista *Isto É*, no site da revista *Veja* e em matéria da *TV Estadão*, pertencente ao jornal *O Estado de S. Paulo* que refletem o desmerecimento da mulher e as questões de gênero no cenário político, resumindo-os a espaços privados.

Palavras-chave: Brasil; discurso; mídia; poder; gênero.

Abstract

The purpose of this article is to recognize how media discourses, as power devices, build mediations sustaining women's disregard at the political field. To do so, the research is based on articles published by the journal *Isto É*, the journal *Veja* website, and the material published by *Tv Estadão*, which belongs to *O Estado de S. Paulo* newspaper, that present the demerit of women and gender issues in the political scenario, restricting them to private spaces.

Keywords: Brazil; discourse; media; power; gender.

Resumen

La propuesta de este artículo es reconocer cómo los discursos mediáticos, como dispositivos de poder, edifican mediaciones que sustentan la falta de consideración de la mujer en el espacio político. Para ello, la investigación se apoya en contenidos difundidos por la revista *Isto É*, por el sitio web de la revista *Veja*, y por la *Tv Estadão*, perteneciente al periódico *O Estado de S. Paulo*, que reflejan una desvalorización por el lugar de la mujer y las cuestiones de género en el escenario político, restringiéndolo a los espacios privados.

Palabras claves: Brasil; discurso; medios; poder; género.

1. Considerações preliminares

A presença de elementos misóginos no espaço público é uma situação que não poderia ser cultivada, uma vez que, além de desqualificar a mulher –num movimento perverso de desmerecimento do ponto de vista social–, oblitera ações para o seu desenvolvimento político. Tal concepção guiará as propostas desse texto ao considerar que elementos misóginos permearam as manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil, bem como propuseram signos contra o avanço de propostas sobre a diversidade sexual e de gênero, fomentando uma cultura de ódio relacionada à sexualidade e ao gênero.

O texto traz exemplos de manifestações que visaram desqualificar e desmerecer quem quer que seja no espaço social, mesmo que para isso tenham recorrido à criação de novas realidades, como aponta Szpancenkopf (2011). Quanto à criação dessa nova realidade, denominada de *montagem* (Sibony, 2000), o sujeito se articula na intenção de fabricar uma nova atmosfera para que possa, assim, permanecer em gozo. Para o autor “[...] la perversion est une folle volonté de donner un sens à la vie, un sens à portée de main. Avec de bribes de code inertes le futur pervers compose son code de Loi, son alphabet sacré. Il est l’agencement matériel de ce code” (Sibony, 2000, p. 119, grifo do autor), além de justificar violências simbólicas de reconhecer que o outro “[...] não tem valor de mercado, nem de vida, nem de existência –a desigualdade social fomentada por incapacidade econômica, para não falar das que já implicam raça e gênero” (Szpancenkopf, 2011, p. 13). A autora menciona que a montagem é uma das estratégias utilizadas na formação discursiva e imagética de telejornais que se articulam para promover sinestesias e sensações em função do espetáculo. Entre os sentimentos mais desenvolvidos pelas montagens na esfera midiática está o medo, proposto segundo a necessidade de controle e defesa:

O medo é um dos elementos fundamentais a ser comunicado pelo espetáculo. Ele funciona como possibilidade de ordem social e é o principal mecanismo de controle da sociedade do espetáculo. O espetáculo se serve de ameaças ou procura muitas vezes manter um clima de ameaça, subentendida, velada ou mesmo explicitada para manipular a opinião pública ou mesmo política. (Szpancenkopf, 2003, p. 166)

Outro ponto a ser considerado nesse texto é quanto ao conceito de política. Essa pesquisa se ampara nas concepções desenvolvidas por Hannah Arendt (2001) sobre o tema ao considerá-lo como manifestações públicas do homem livre. No entendimento da autora, a política é possível a partir do momento em

1 Tradução própria: “A montagem é uma vontade insana de oferecer um sentido à vida, um sentido de imediato. Com brechas nos códigos imóveis, o futuro perverso compõe seu código de lei, seu alfabeto sagrado. Ele é o agenciamento material desse código”.

que a população não estiver privada de liberdade. O espaço público para Arendt é onde os sujeitos se manifestam enquanto posições políticas para o desenvolvimento social; mesmo não sendo sinônimos, aquilo que é público é também político; e a política só pode ser exercida a partir da visibilidade dos sujeitos a par da liberdade. Por esse entendimento:

A castração das dimensões do espaço público que facultam a usurpação do poder, a manipulação da legitimidade popular do poder, bem como a sedimentação de ideologias extremistas são formas de degenerar a política e o espaço público. Arendt percebeu que onde não há verdadeiramente liberdade, onde não há consenso, não há possibilidade de prática política, que é uma atividade essencialmente dialógica e que carece de respeito ao outro para sobreviver. (Bittar, 2011, p. 275)

Hannah Arendt acredita que as propostas políticas deveriam ser articuladas na intenção de promover ações de bem-estar para o desenvolvimento da polis. A essência da vida para Arendt é a necessidade da liberdade e da ação política, “é na verdade o motivo por que os homens convivem politicamente organizados. Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A *raison d’être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (Arendt, 2001, p. 192). Pelas considerações sobre os posicionamentos da autora, podemos reconhecer que no espaço político não caberiam manifestações de signos das paixões, esses deveriam ser contemplados nos espaços competentes ao privado. Para a autora, o espaço privado remete à condição de privação do sujeito de ser ouvido ou ser visto, seus posicionamentos dentro dessa ordem não proveriam ações políticas; a esfera privada limita-se aos interesses pessoais e estão condicionados à manutenção da vida biológica na família e na casa. Bethania Assy (2004) discorre sobre a intervenção de códigos privados como pejorativa para as manifestações políticas. Em análise de Arendt em diálogo com Immanuel Kant, ela reitera a condição de julgamento como sendo a libertação das condições subjetivas privadas, ou seja, o posicionamento apresentado sob forma de julgo seria a colaboração racional para o desenvolvimento político:

Ao comunicarmos nossos sentimentos, nossas satisfações e deleites desinteressados, explicitamos nossas escolhas e elegemos nossas companhias. A tentação de identificar deleite e satisfação exclusivamente com realizações pessoais ou com o concomitante contentamento material nas sociedades de consumo demonstra não só o empobrecimento da nossa capacidade de imaginar, mas o aniquilamento de nossa capacidade de ter aprazimento como algo que não traga consigo expectativas e interesses particulares. (Assy, 2004, p. 47)

Para Arendt, a miscelânea entre as duas condições traria perdas à condição humana, todavia, caberia ao espaço político o reconhecimento da garantia de existência do espaço privado e de suas práticas em suas devidas suposi-

ções como, por exemplo, legislações que combatam agressões domiciliares e o reconhecimento de união civil a pessoas do mesmo sexo. Os exemplos citados não são diretamente da ordem privada, pois reconhecem esses sujeitos como actantes da vida política, sendo assim, dignos de representatividade e visibilidade públicas. A invasão de signos privados é a exposição das paixões de modo agressivo no espaço político, a individualidade que quebra o *sensus communis*. O senso comum não é uma manifestação rasa no desenvolvimento de aspectos limitados de representação que oferece propostas estereotipadas e resumidas, mas é uma ação coletiva; é a articulação dos indivíduos em sociedade na oferta de soluções para a polis em movimentos que prezam o compartilhamento, a comunhão de ideias, sem, entretanto, ambicionar tornar a política homogênea. Assim, Arendt não considerou governos totalitários e autoritários como manifestações políticas, ao contrário, esses seriam regimes que, além de privarem a sociedade da liberdade, não engendram ações que prezavam pela coletividade. Qualquer ação que não valoriza a interação entre os sujeitos não poderia ser compreendida como ação política.

Essa também é a nossa perspectiva teórico-metodológica e, por meio da qual, pretende-se perceber movimentos misóginos e sexistas nos discursos midiáticos e como eles foram reverberados no espaço social, tendo como recorte o impeachment da presidente Dilma Rousseff e, ainda o entendimento de Michel Foucault (1988) sobre discurso. Esse artigo tenciona se debruçar sobre matérias veiculadas na revista *Isto É* (nº2417/2016), matérias do site desse veículo e do site *TV Estadão*, canal do grupo *O Estado de S. Paulo* e também do site da revista *Veja*.

No campo dos estudos discursivos, Foucault reconhece o discurso como um dispositivo de poder, uma tecnologia a serviço da intenção de dominação, controle e disciplina, ao considerar que:

[...] o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, [...] vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não *mais* tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É *esse mais* que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1986, p. 56, grifo do autor)

Esse *mais* está relacionado ao entendimento do discurso para fora da concepção lexical do enunciado, reconhecendo os sujeitos que o promovem e como representações de posicionamentos de poder e verdade no percurso da história. Assim foram, por exemplo, os discursos médicos e jurídicos dos séculos XIX e XX que circularam como propostas de verdade para discorrer sobre saúde e

moral. Dessa forma, o discurso pode ser considerado como sintoma do tempo que é articulado na intenção de promover poder-saber próprio “[...] uma função normativa e reguladora [...] coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégia e de práticas (Revel, 2005, p. 37). Ainda na esteira do pensamento foucaultiano sobre discurso, é importante considerar que tal proposta tem a intenção de promover ações, por isso não deve ser analisado apenas segundo uma ordem semântica. Foucault considera ainda que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2003, p. 10). A concepção foucaultiana de discurso como formação de verdades é o que abre precedentes para a instauração das montagens. Como a montagem constrói verdades, isso não, necessariamente, apresenta relação de verossimilhança com o real.

O discurso não se limita ao processo de divulgação dentro do espaço midiático. Foucault ressaltou que o discurso tem valor também na circulação. A reverberação e circulação dos discursos midiáticos se encontram em movimento no tecido social, pautando os modos de vida, ao realizarem a *midiatização*, como apontou Sodré (2006). Esse processo desenvolve uma nova forma de vida, o *bios midiático* que consiste na presença do discurso midiático na sociedade não obrigatoriamente sob propostas normativas, mas pelo desenvolvimento dos afetos e paixões que proporcionam “[...] pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social, onde identidades pessoais, comportamentos e até mesmo juízos de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade de gosto, na realidade o gosto ‘médio’, estatisticamente determinado” (Sodré, 2006, p. 23). O texto se propõe analisar, a partir desse aparato teórico-metodológico, os discursos midiáticos apresentados pelos veículos citados como sinais de perversão que são arquitetados segundo perspectivas misóginas e as interferências dessas práticas no tecido social como repercussões midiatizadas.

2. Desenvolvimento

Reconhecer valores perversos e misóginos durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff é algo muito visível. Mesmo antes de ser eleita ao executivo nacional, eram frequentes posicionamentos sobre a sexualidade dela, as roupas e os comportamentos taxados como mais agressivos também foram questionados em âmbito público, apontamentos irrelevantes para as questões políticas. No processo de instauração do impeachment, ainda no Câmara de Deputados, Jair Bolsonaro², deputado federal do Partido Social Cristão (PSC) pelo estado do Rio de Janeiro, além de referenciar o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que se encontra preso desde outubro de 2016 por crimes de corrupção, e clamar

2 O vídeo pode ser assistido na íntegra no link: Recuperado de <http://bit.ly/2pMI1Q>

em nome das crianças, da família, por Deus para justificar o voto, afirmou: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra³, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”. O coronel aclamado pelo deputado foi um dos responsáveis por torturas durante a ditadura civil-militar brasileira, inclusive, foi um dos torturadores da presidente. Uma manifestação rasteira e de desqualificação da dor de uma mulher em um momento de sofrimento e privação de liberdade e também sob um regime ditatorial. Além de ser um discurso transbordante de paixões irracionais. Qual seria a função de votar em nome da família (uma manifestação privada de representação) e de Deus, dentro de um país laico? Nesse mesmo dia, o Congresso se tornou palco de espetacularização da política partidária, uma exposição de paixões e referências de ordem privada. Os votos foram justificados pela honra dos pais, de determinadas classes trabalhistas, de netos, da memória de familiares mortos. Todavia, quase nenhum parlamentar justificou o voto por qualquer movimento político que viesse engrandecer o cenário público.

As representações de gênero e assuntos pertinentes à sexualidade dialogaram com representações mais conservadoras, inclinadas a significações refratárias sobre o tema tanto entre os representantes políticos –dentro de instituições democráticas– quanto nos discursos midiáticos. O conservadorismo compreende a sociedade pela “aversão instintiva à mudança e a correspondente ligação às coisas tais como ela são” (Crowther, 1996, p. 134). As manifestações conservadoras são sintomas de torpor quando há deflagração de mudanças rápidas ou turbulentas em esferas que nunca antes foram motivo de preocupação, reconhecendo as manifestações contrárias segundo essa ordem como exceções.

A necessidade de firmar representações e identidades refratárias quanto às questões de gênero e sexualidade também foi argumento para a matéria veiculada no site da revista *Veja*, com o título *Bela, recatada e do lar*, do dia 18 de abril de 2016. A matéria apresentou Marcela Temer, a possível primeira-dama do Brasil após o impedimento de Dilma. De acordo com o site, ela seria a esposa ideal para governantes por ser bonita, discreta e se limitar quase que exclusivamente aos espaços privados. A matéria começa relatando que “Marcela é uma mulher de sorte” por manter o casamento intacto frente à crise política que o país atravessa. O texto se resume basicamente a temas do âmbito do privado: jantares com o marido em restaurantes luxuosos, os cuidados com o filho do casal e com a estética, aspectos que obscurecem perspectivas políticas:

Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à

3 Militar, foi chefe do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (1971-1974) do Exército de São Paulo, órgão de repressão política do governo militar.

prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família [...] Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele). (Linhares, 2016)

A matéria apresenta uma esposa que se encontra à sombra do marido, uma figura que se desenvolve a cargo dele e envolta a signos que não agregam valores às questões políticas:

No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa. (Linhares, 2016)

Quase no final do texto, a matéria apresenta versos de um poema de autoria de Michel Temer, que possivelmente foi dedicado à esposa, que mostra um amor efusivo entre o casal. E, no final da matéria, a frase “Michel Temer é um homem de sorte” (Linhares, 2016). A matéria é inexpressiva do ponto de vista político. O que há de perverso nessa matéria? Como o discurso é uma tecnologia de poder, a proposta do texto é limitar, enquadrar e fomentar representações reduzidas das mulheres, um movimento muito semelhante ao apresentado por Foucault acerca do que poderia ser considerado normal ou anormal dentro da sociedade oitocentista, guiada por julgamentos provenientes das ciências biológicas e jurídicas. Pela proposta discursiva da matéria onde caberia a representação de mulheres que não apresentam o perfil descrito como ideal? A limitação de representações no discurso midiático a signos estereotipados naturaliza o sentido do objeto justamente porque esses podem integrar concepções de cultura, pois, além dos discursos serem reconhecidos como valor de verdade, a sua institucionalidade se torna verdadeira através da circulação, reverberação e reprodução social. Sob a ótica de Stuart Hall (2016) a naturalização é uma estratégia representacional que se propõe fixar a diferença e, assim, ancorá-la sob signos estáveis para assegurar a limitação discursiva da representação.

Em outra passagem, a *TV Estadão*, veículo pertence do grupo *O Estado de S. Paulo* reforça a valorização de estereótipos e domesticação de corpos e subjeti-

vidades com a matéria *Fábrica de princesas*⁴, uma escola de etiqueta que nasceu em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, onde meninas de até 13 anos de idade têm aulas de como se portarem à mesa, organizarem guarda-roupas, fazerem as malas, pentearem os cabelos além de receberem noções de maquiagem. Por essa perspectiva, outro pensamento de Foucault (1988) é trazido à tona: *corpos dóceis*. Segundo o autor, o corpo torna-se dócil a partir do momento que se submete aos ditames do poder, todavia, aquilo que poderia ser compreendido como sintoma de dor e angústia, na verdade, pela naturalização das práticas discursivas, passa a ser considerado como prazer pela partilha de referenciais que trariam pontos positivos, por exemplo, das dietas, exercícios físicos e sacrifícios de culto ao corpo esbelto. Entretanto, mesmo sendo reconhecido sob outra perspectiva, isso não anula a proposta de violência do discurso sobre tais corpos, uma vez que a incidência desses discursos não reconhece subjetividades e desejos.

Na escola de princesas, as aulas são tomadas pelas meninas uniformizadas, sendo que todas elas portam à cabeça uma coroa de brinquedo. A matéria segue com o depoimento de uma mãe que pretende ensinar à filha que “desde criança [que] existem papeis”, o que, em sua visão, contribuirá para a educação da filha. O discurso dessa mãe se estende ao considerar que “a escola forma essa mulher [...] com uma casa organizada e com diretrizes; facilita a vida da sua ajudante doméstica”. Além disso, a mãe considera que a escola colabora também na formação do sujeito. Uma das alunas também ratifica o discurso apresentado pela escola e da mãe ao apresentar sua evolução ao afirmar que “vamos dizer que o estilo de princesa é certo”.

A matéria segue apresentando novamente a mãe justificando o desenvolvimento da filha ao considerar que futuramente “ela não vai dividir grandes funções com o marido, porque ela vai pedir para que o marido compre *aquela* [ênfase na entonação da voz] flor. Ela vai pedir ao marido que traga, em parceria com ela, aquele detalhe para dentro de casa”. A matéria é encerrada com o depoimento de uma das professoras: “Princesa precisa deixar alguma coisa para a história para mudar o mundo inteiro [...] Quem sabe a futura presidente não esteja aqui, não é? Quem sabe? Que não seja igual à Dilma, tá bom?” No final da frase, as meninas caem na gargalhada.

Mesmo sendo um discurso de uma mulher sobre outra mulher, o movimento misógino e perverso que a escola apresenta desqualifica a mulher não apenas no cenário social, mas também na perspectiva pública, explorando mais perspectivas privadas em detrimento das ações políticas. Ao menos na intenção discursiva da professora, o reconhecimento público da mulher se encontra mais no modo de como ela segura uma xícara de café do que ela ter sido eleita pelo voto popular em uma sociedade democrática. Consoante essa visão conservadora, a perversão se encontra, além do desmerecimento e desqualificação da mulher no cenário público,

4 Para o programa na TV *Estadão*, acesse <http://bit.ly/2dQ8EC6>.

no cerceamento dos espaços de atuação feminina pela condição política; como sendo um sujeito limitado à esfera privada. Os usos dos discursos da mãe, da aluna e da professora se tornam legitimadores da proposta discursiva da matéria ao fundamentar aquilo que seria adequado ou inapropriado para a visibilidade da mulher no cenário público e desmerece a mulher que não apresenta o perfil desejado. Desconsiderar a presidente pelos hábitos privados é trazer as paixões desprovidas de razão para a visibilidade no cenário político.

O problema não é reconhecer a mulher nas atividades do lar, desde que seja uma escolha e, como apontado anteriormente, a escolha é sintoma da liberdade. Em pensamento semelhante “A livre escolha é, assim, mais do que um ideal, uma condição para a legitimidade dos contratos e dos acordos” (Birolli, 2014, p. 110). Todavia, a matéria apresentada elege determinados comportamentos como sendo os mais adequados à mulher; uma perversão que naturaliza representações em nome da estagnação de sentidos e valores conservadores, além de ser uma forma de desqualificar a presidente.

A docilidade de corpos e subjetividades não deixa de ser perversa, ainda mais quando utilizada como argumento de montagens para desmerecer uma mulher na atuação política. A montagem dessa matéria, o cenário escolhido com meninas brancas e burguesas, o uniforme composto por saia plissada e coroa na cabeça e a música clássica contribuem para fortalecer sinais considerados tipicamente femininos e para condicionar o valor *verdadeiro* de ser mulher.

A dessubjetivação feminina serviu de argumento na arguição de uma das proponentes do pedido de impeachment de Dilma Rousseff em discurso no Senado e como testemunha de defesa do processo. No ato, a autora que também é advogada e professora universitária, aponta que assistiu à uma fala da presidente sobre o sonho que ela tinha quando criança: ser bailarina. A autora do pedido, na visão de Saliba e Santiago (2017), estabeleceu noções distintivas da atuação de mulheres pela visibilidade social, os autores consideram que:

[...] A afirmação, quando analisada dentro do contexto político e feminista aqui defendido, demonstra que, para a citada advogada, Dilma deveria ter seguido seu sonho de bailarina, pois, para governar o país, segundo a oposição, ela não servia. O que, então, o sonho de bailarina tem a ver com a atuação política da presidenta? Existe, assim, um entendimento social machista de que as mulheres devem ser bailarinas e os homens, sim, podem ser políticos? Ou ainda, para exercer a política uma mulher não pode ser bailarina? Em outras palavras, deve perder sua feminilidade para ocupar uma posição de poder? (p. 93)

O pensamento dos autores encontra semelhanças nas considerações feitas pela revista *Isto É*, edição de número 2417 de 06 de abril de 2016. A matéria traz uma série de perversões e desqualificação baseadas no gênero e na sexualidade que apresenta como alvo a presidente. Com a chamada de capa *As explosões nervosas da presidente*, a revista apresenta uma figura descontrolada emocional-

mente, condição suficiente tanto para legitimar a saída da presidência quanto explicitar a ausência de condições de estar na presidência do país:

Os últimos dias no Planalto têm sido marcados por momentos de extrema tensão e absoluta desordem com uma presidente da República dominada por sucessivas explosões nervosas, quando, além de destempero, exhibe total desconexão com a realidade do País. Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assesores palacianos, mesmo os já acostumados com a decompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. (Pardellas & Bergamasco, 2016)

O discurso da matéria também conta com o posicionamento de uma psiquiatra. A profissional apresenta os estágios de momentos de perda ou de possíveis perdas (negação, raiva, negociação, depressão e aceitação) para explicar as situações emocionais. A explicação é uma alavanca para legitimar o discurso da revista, ou seja, a interdiscursividade apresentada na matéria outorga e justifica uma condição de verdade sobre as condições emocionais da presidente segundo o conhecimento científico. “Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade” (Pardellas & Bergamasco, 2016). O discurso também é machista, pois o que é tomado como *normalidade agressiva* no homem (destempero linguístico, volume maior na voz, assertividade, etc.), é equiparado à histeria ou crise nervosa na mulher. Isso desqualifica não apenas a presidente para o exercício da política, mas o espaço político como sendo território também feminino:

É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente desmantelou-se emocionalmente. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra. (Pardellas & Bergamasco, 2016)

A revista ainda compara Dilma à Dona Maria I, avó de D. Pedro I, conhecida como Dona Maria Louca. Mais uma vez, há a presença de outro discurso, agora de um historiador, para justificar a semelhança entre a presidente e a monarca, que é reconhecida historicamente por seus comportamentos abruptos e insanos. A comparação, além de ser anacrônica, é desmedida, já que se trata de figuras completamente diferentes em situações distintas. A perversão desse caso se trata de uma montagem, onde há equivalência entre as atitudes da rainha e o processo de impeachment, forjando uma distância inexistente, além do tom cínico ao citar tratamentos evacuantes intestinais para amenizar a tensão histórica:

Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade. No século 18, o renomado psiquiatra britânico Francis Willis se especializou no acompanhamento de imperadores e mandatários que perderam o controle mental em momentos de crise política e chegou a desenvolver um método terapêutico composto por “remédios evacuantes” para tratar desses casos. (Pardellas & Bergamasco, 2016)

A representação imagética da capa acompanha montagens perversas. Primeiramente, ao desqualificar e dessubjetivar um sujeito pela condição emocional, como se os destemperamentos não fossem naturais aos seres humanos, ainda mais em momentos como o de um iminente impedimento. A intenção de promover signos estereotipados para a representação da mulher no espaço político, um ser histérico que se utiliza dos surtos como estratégias de defesa. A outra montagem perversa, e não menos importante, está relacionada à representação imagética da presidente.

Figura 1



Revista Isto É, nº 2417/2016 – Reprodução do original

A fotografia que ilustra a capa não foi produzida em um suposto surto histérico da presidente, mas durante uma aparição pública dela na torcida pela seleção brasileira em uma partida de futebol pela Copa do Mundo, em 2014, que aconteceu no Brasil. Qual é a contribuição ao espaço político da montagem imagética proposta, sendo que nem a imagem veiculada apresenta correlação

com o teor da matéria? Por isso que a montagem perversa prevê a forja de uma realidade sem a necessidade de verossimilhança, uma estratégia para justificar suas próprias leis criadas com o intuito de desqualificar o outro. Essas matérias não engrandecem as perspectivas políticas, muito pelo contrário, dissipam propostas dialógicas, ao mesmo tempo em que desmoronam signos da política no espaço público e reforçam valores irrelevantes para a coletividade.

3. Mdiatizando a misoginia

Com os posicionamentos realizados, é importante considerar que as perversões em movimentos misóginos e machistas não se limitam apenas à qualidade do poder do discurso midiático. Aliás, essa proposta ganha força na dimensão social em movimentos que reverberam e circulam entre os interlocutores. A midiatização reverbera alguns temas e promove a circulação, sendo que algumas vezes os ressignificam nesse processo. Na proposta oferecida por J. Martín-Barbero (2004), seria a mídia, através de suas mediações que construiria referenciais para a formação cultural, desenvolvendo “novas esferas do público e formas novas de imaginação e criatividade” (p. 230). O entendimento é de que é necessário reconhecer o sujeito, bem como seus modos de consumo e perspectivas históricas, em todo o processo comunicacional –que não se limita ao ato de recepção de discursos. Todavia, para Martín-Barbero (2004), cabe ao sujeito desenvolver o sentido das propostas discursivas. A midiatização é possível porque existe afeto na relação entre sujeito e objeto; a condição de circulação de conteúdos se torna possível porque há identificação com as relações criadas pelas mediações que são desenvolvidas, independentemente da qualidade de sentido empreendido no afeto (ódios, cordialidade, amor, raiva, etc.).

A capacidade de interpretação do sujeito de atribuir sentido é o que estabelece os processos de comunicação. Isto não quer dizer que todos compreendam discursos idênticos na mesma sintonia ou atribuição, ao contrário, podem haver variações de compreensão descoladas da intenção inicial do discurso. Essa concepção explica, por exemplo, o movimento de deboche de algumas pessoas sobre a matéria *Bela, recatada e do lar*. Após a veiculação da matéria, algumas mulheres (e homens também) postaram em redes sociais posicionamentos contrários ao teor conservador do discurso. Alguns usaram de deboche e ironia, ao utilizar imagens de experiências vexatórias ou embaraçosas como um contraponto à condição de poder e à representação da mulher.

Entretanto, mesmo havendo a possibilidade de contrariar colocações dos discursos apresentados, há também práticas que legitimam e reforçam posicionamentos de desmerecimento da mulher no cenário político.

Figura 2. Adesivo de carro

Fonte: Portal Terra

Certamente existiram pessoas que se revoltaram com o adesivo⁵ que ilustra a presidente de forma vulgar. O livro *Mídia, misoginia e golpe* (Souza et. al., 2016) apresenta uma série de entrevistas com mulheres, homens, intelectuais, professores, militantes, artistas e outras figuras públicas que justificam o impeachment como sendo um golpe –não necessariamente como o golpe militar de 1964–, pelo viés misógino e de desqualificação de uma chefe de estado do executivo nacional, presente nos argumentos produzidos contra a presidente. O adesivo ofende e ridiculariza a mulher na política e também em qualquer espaço público pelo simples fato de ser mulher. Qual benefício traria essa representação para o desenvolvido das questões e debates políticos sendo que a proposta apenas dessubjetiva a presidente na sua condição de mulher?

O adesivo é um dos sintomas dos valores misóginos e intolerantes à sexualidade feminina no espaço midiático. Esses valores são desenvolvidos, propostos e reverberados por sujeitos comuns do espaço social e que não apresentam criticidade dos seus atos. Por isso que, mais uma vez, trazemos Hannah Arendt ao pensar sobre o desenvolvimento do mal na sociedade, para ela, o mal prospera porque é banal, fruto da ausência de pensar. “Será que a natureza da atividade pensar –o ato de examinar, refletir sobre tudo aquilo que vem a acontecer, independentemente de qualquer conteúdo específico e de resultados– poderia ser tal que condiciona os homens a não fazer o mal?” (Arendt, 2004, p. 227-228).

O adesivo é conservador e perverso pois, na mesma medida em que desconsidera o posicionamento de uma mulher na política a desqualifica. O sujeito que produz, consome e dá visibilidade ao adesivo não apresenta qualquer ação política. Por ser contra um partido ou contra as propostas políticas de uma governante, apropria-se de estereótipos relacionados à condição da mulher para

⁵ A matéria pode ser acessada em <http://bit.ly/2vAF4n9>

expressar sentimentos odiosos e medíocres. Esse sujeito, no entendimento de T. Ab'Sáber (2016) é considerado como sendo o *homem conservador médio*:

[...] antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira mais antiga – um homem de adesão ao poder por fantasia de proteção patriarcal e agregada, fruto familiar do atraso brasileiro no processo da produção social moderna – pode entrar em cena como força política real, deixando de expressar privadamente um mero ressentimento rixoso. (p. 35)

Ainda no entendimento do autor, esses sujeitos ferem e fragilizam as ações políticas porque trazem à tona a mediocridade e falta de entendimento do que seja pensar politicamente o espaço público. Uma regressão da política que “[...] implica gozos baixos, do ódio que poderia se alçar ao sadismo, simplificação de toda a vida pública e social e do direito ao desprezo do destino da vida popular. É uma política do direito ao ódio fixado, frente à vítima escolhida” (p. 44), uma afronta aos movimentos políticos.

4. Considerações finais

Uma mulher na presidência do Brasil é sinal de medo, seja porque não apresenta condições emocionais para tal seja porque não saberia se portar à mesa, segundo os discursos midiáticos, todavia, essas são considerações insignificantes para o cenário político. Pelas análises propostas, percebe-se que há a intenção de promoção de naturalidade e desqualificação da mulher no espaço político. Trazer as paixões irracionais e a misoginia ao universo político acarreta ações que fragilizam e enfraquecem o pensamento político, a corrupção não acabou com a saída de Dilma Rousseff/PT do poder.

Nesse texto não pretendemos doutrinar sob qualquer aspecto ideológico, todavia, percebemos que os posicionamentos pessoais de descontentamento com a gestão de determinados governantes não deveriam ser guiados por discussões que suscitam ódios, desqualificação pela sexualidade ou questões que deveriam estar no âmbito privado. Com o pânico moral que foi criado após a eleição de Dilma, veio também o medo de estruturas conservadoras de perderem seus espaços devidamente acomodados no tecido social. O medo, nesse caso, foi perceber mais uma gestão petista na presidência; para que isso não chegasse ao fim, a montagem pela sexualidade tornou-se um álibi do desmerecimento de uma mulher no executivo nacional erigido sob o argumento de fim da corrupção.

As montagens e a circulação desses discursos deixam vivos os movimentos perversos de dessubjetivação e desmerecimento da mulher no cenário político. Trazer as referências de discursos e práticas que a desqualificam, assim como as montagens dos discursos midiáticos e as reverberações de ódio, elucidam

o quanto essas atitudes contribuem para o desmoronamento do espaço político. As agressões de cunho pessoal são tidas como sintoma da defesa das paixões e gostos pessoais ou de determinados grupos, referências que deveriam estar restritas aos espaços privados; movimentos perversos que desmerecem a mulher no cenário público e também enfraquecem as instituições políticas do país.

Referências bibliográficas

- Ab'Sáber, T. (2016). *Dilma Rousseff e o ódio político*. São Paulo: Hedra.
- Arendt, H. (2001). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, H. (2004). *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Assy, B. (2004). Introdução à edição brasileira: “Fases privadas em espaços públicos” – Por uma ética da responsabilidade. In Arendt, H. *Responsabilidade e julgamento* (p. 31-60). São Paulo: Companhia das Letras.
- Birolli, F. (2014). Autonomia, dominação e opressão. In Birolli, F. & Miguel, L. F. *Feminismo e política: uma introdução* (pp. 93-108). São Paulo: Boitempo.
- Bittar, E.C. (2011). *Curso de filosofia política*. 4ªed. São Paulo: Atlas.
- Foucault, M. (1986). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (1988). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2003). *A ordem do discurso*. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri.
- Linhares, J. (2016, Abril 18). Bela, recata e do lar. *Site Veja*. Recuperado de <http://abr.ai/2a648bo>
- Martín-Barbero, J. (2004). *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Loyola.
- Pardellas, S. & Bergamasco, D. (2016, Abril 06) Uma presidente fora de si. *Site Isto É*. Recuperado de <http://bit.ly/2wbSgVS>
- Sibony, D. (2000). *Perversions: dialogues sur des foiles “actuelles”*. Paris: Éditions du Seuil.
- Revel, J. (2005). *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Saliba, M. G. & Santiago, B.R. (2017). Bailarinas não fazem política? Análise da violência de gênero presente no processo de impeachment de Dilma Rousseff. *Direitos Fundamentais & Democracia*, 21, 91-105.
- Sodré, M. (2006). Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In Moraes, D. (Ed.), *Sociedade Midiaticizada* (pp. 19-32). Rio de Janeiro: Mauad.
- Souza, K. L. L. de. [et. al.] *Mídia, misoginia e golpe*. 1ªed. Brasília: FAC/UnB, 2016.
- Szpancenkopf, M. I. O. (2003). *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo do telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Szpancenkopf, M. I. O. (2011). *Perversão social e reconhecimento na atualidade*. Rio de Janeiro: Garamond.